

COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE, MITO DA EUROPA E A BRANQUITUDE

COLONIZATION OF LATIN AMERICA: CONSTRUCTION OF ALTERITY, MYTH OF EUROPE AND WHITENESS

Bárbara N. Honorato de Sousa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Metafísica da Universidade de Brasília (UnB); da linha Ontologias Contemporâneas; Professora de filosofia e sociologia da rede particular de escolas do Distrito Federal do segmento Fundamental II e Ensino Médio
E-mail: barbara.onoratus@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda de forma breve o processo da colonização da América Latina pelos povos europeus colonizadores, sobretudo portugueses e espanhóis. Será exposto como o processo colonizatório criou e se retroalimentou do processo de alteridade que os europeus constituíram ao longo dos séculos, engendrando uma série de violências sob aqueles que irão considerar inferiores (não - brancos), dentro da perspectiva acerca do nascimento da modernidade que nasce na colonização da América Latina. Num segundo momento, na tentativa de achar alguns possíveis veios dessa sede de expansão de si e dos territórios que os europeus possuem, será exposto o mito da princesa Europa, mito o qual nomeará o continente. Esse mito foi contado ao longo dos séculos e possui interessantes aspectos para vislumbrarmos algumas das atitudes violentas cometidas pelos povos colonizadores, como por exemplo o sequestro de pessoas. Num terceiro momento com base nos dois tópicos anteriores será apresentado como a colonização da América Latina e o processo de alteridade demarcaram a branquitude e em como ela é não só fruto do processo, mas também causadora dele, pois o processo colonizatório advém de um dado lugar e de um determinado grupo de pessoas, os brancos. A pesquisa e o método de escrita deste artigo se deram por meio do método da cartografia, visando respeitar as especificidades do tema. Esse método pressupõe o caminhar sob o território de pesquisa sem se ter respostas pré-prontas, mas fazendo com que o devir aconteça. A escrita do artigo é também nessa perspectiva, o que pode fazer o leitor diferenciá-lo de artigos lidos em outros momentos.

Palavras-chave: Colonização; alteridade; branquitude; violência.

Resumen

Este artículo abordará brevemente el proceso de colonización de América Latina por parte de los pueblos colonizadores europeos, especialmente portugueses y españoles. Se expondrá cómo el proceso de colonización creó y retroalimentó el proceso de alteridad que los europeos han constituido a lo largo de los siglos, generando una serie de violencias bajo aquellos que considerarán inferiores (no blancos), en la perspectiva del nacimiento de la modernidad. que nace con la colonización de América Latina. En un segundo momento, en un intento de encontrar algunas posibles venas de esta sed de expansión del yo y los territorios que tienen los europeos, se expondrá el mito de la Princesa Europa, un mito que dará nombre al continente. Este mito se ha contado a lo largo de los siglos y tiene aspectos interesantes para vislumbrar algunas de las actitudes violentas que cometen los pueblos colonizadores, como el secuestro de personas. En un tercer momento, a partir de los dos temas anteriores, se presentará cómo la colonización de América Latina y el proceso de alteridad demarcaron la blancura y cómo esta no es solo el resultado del proceso, sino también la causa del mismo, ya que el proceso de colonización proviene de un determinado lugar y de un determinado grupo de personas, blancos. El método de investigación de este artículo se realizó mediante el método cartográfico, con el fin de respetar las especificidades del tema. Este método presupone caminar por el territorio de la investigación sin tener respuestas prefabricadas, pero hacer que las cosas sucedan. La redacción del artículo también se hace en esta perspectiva, lo que puede hacer que el lector lo diferencie de los artículos leídos en otras ocasiones.

Palabras clave: colonización; alteridad; blancura; violencia.

Uma breve exposição sobre a colonização da América Latina

A colonização da América Latina que se inicia no século XV e se estende pelos séculos seguintes geralmente é contada de maneira muito rápida nas escolas, há detalhes que são escondidos e há outros que são enfatizados. Não há precedentes históricos, até aquele momento, de haver existido um povo que tenha imposto seu modo de vida, língua, religião, epistemologia, hábitos culturais da forma como portugueses e espanhóis impuseram aqui no continente latino-americano. O sistema colonial foi estabelecido em camadas de opressão e violência, sejam elas físicas, psicológicas, sociais, econômicas e ontológicas. Ele construiu a ideia de alteridade, em que aquele que é considerado o outro é colocado sob o julgo daquele que se considerará o centro, no caso portugueses e espanhóis, os quais são os primeiros a dar o primeiro passo na colonização do dito novo continente (DUSSEL 1993).

Esse processo de se tornar um colonizador e tornar o outro um dominado está imbuído no mito da modernidade, o qual contribuiu significativamente para que a colonização da América Latina ocorresse. O conceito de mito da modernidade é usado por Enrique Dussel (1993) principalmente na sua obra *1492- O encobrimento do outro – A origem do mito da*

modernidade, em que ele afirma que essa formulação foi cunhada a partir do momento que os povos colonizadores, em primeira instância, portugueses e espanhóis, colocam sua cultura como superior, como civilizada e que precisam levar esses aspectos para os povos que eles consideram bárbaros. “Nisto consiste o mito da modernidade, em vitimar o inocente, (o outro) declarando-o causa culpável de sua própria vitimização” (DUSSEL, 1993). O sacrifício do conquistado é visto como justificável já que ele receberá em troca a modernidade e seu desenvolvimento, pelo menos esse é o discurso dos conquistadores

Esse mito da modernidade se estabelece para os povos colonizadores como emancipação, a qual é vista como necessária por eles, pois nem mesmo arquiteturas como as dos Astecas, as quais foram vistas logo de início pelos espanhóis, foi suficiente para que eles **não** se referissem a esse povo e a muitos outros daqui e os que ainda viriam a ser forçados a virem para cá, como bárbaros e selvagens. Essa visão a respeito dos povos que aqui já estavam e dos povos que foram trazidos para cá foi justificada pelos colonizadores por meio do conceito de raça, o qual passa a ser cunhado para designar uma suposta superioridade das pessoas brancas em detrimento das pessoas não - brancas, especificamente aqui em primeiro momento pessoas indígenas e pessoas pretas. Eles marcaram no corpo a diferença ontológica, epistemológica e cultural, colocando-se enquanto os mais bem desenvolvidos e detentores de todo e qualquer conhecimento, subalternizando todo aquele que não carrega no corpo a brancura. Diante disso esse novo conceito passa a ser usado, o de raça, criando um processo de alteridade do outro que vai ser usado como justificativa das violências praticadas pelos europeus colonizadores.

Quijano (2005) adverte que a ideia moderna de raça tem seu sentido construído a partir da colonização da América. Da demarcação das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, avançou para supostas e mentirosas diferenças biológicas e se tornou base da constituição das relações sociais e das identidades (índios, negros e brancos) desses grupos. Essa demarcação não acontece no primeiro contato dos povos colonizadores com povos não brancos, é algo que vai se constituindo conforme seus interesses econômicos, sociais e políticos se tornam mais e mais gananciosos.

A construção moderna do conceito de raça está interligada com o processo de alteridade que ocorre no processo de colonização. A modernidade se constituiu de maneira interna antes de 1492, ano que os primeiros representantes dos povos colonizadores chegam ao continente americano, porém é justamente esse ano que marca o seu início de maneira oficial. O projeto da modernidade só nasce quando a Europa se confronta com o seu “outro”, esse outro é criado por ela própria, em que ela desperta o seu eu descobridor, criador da alteridade e colonizador (DUSSEL, 1993).

Um ponto importante de entender esse processo é que o outro criado não é descoberto ele é encoberto, como salientado por Dussel (1993). Encoberto, pois é colocado como inferior, escondendo tudo aquilo que pudesse colocar à prova a tese de uma barbaridade e selvageria. O outro, o não branco, tem na pele marcada sua diferença e subalternização por aqueles que irão se considerar o centro, os povos europeus colonizadores. Eles colocam a alteridade como uma pedra angular de toda característica que os povos indígenas e povos africanos trazidos para cá tenham, ou seja, colocam as religiosidades, a língua, as comidas, os conhecimentos científicos, as epistemologias e as filosofias desses ou como inferiores até o ponto de as apagar e querer destruir, como também roubam esses elementos se pondo como os seus criadores. Para tal esse outro é encoberto também pela cultura, pela epistemologia e ontologia dos povos colonizadores que vão a cada passo dado na colonização obrigando as pessoas que já habitavam a América Latina e os diversos povos africanos trazidos para cá a terem que falar, se vestir, pensar e cultuar tal qual eles faziam.

Com a construção desse processo de alteridade o outro passa ser um afirmador da identidade dos povos colonizadores que se colocam enquanto brancos. “O “outro” (leia-se o não branco) torna-se, assim, balizador da identidade branca; ela, por sua vez, passa a ser reafirmada na oposição com o não branco. (SILVA, 2017). Nesse processo de tornar os povos indígenas que aqui já estavam, num outro e tornar os povos africanos que foram trazidos para cá também num outro, a prerrogativa era desumanizar ao máximo essas pessoas, tornando aqueles que são brancos cada vez mais como o centro de toda e qualquer possibilidade de humanidade, dignidade, direitos, posses, conhecimento e cultura.

Tanto Portugal quanto Espanha eram nos séculos XV e XVI monarquias absolutistas que se entendiam enquanto Estado-Nação. Diante desse aspecto é importante salientar porque um dos elementos que mais caracteriza esses dois povos, é o fato de eles terem sua identidade ligada ao cristianismo da Igreja Católica, a qual já tinha difundido em ambas as sociedades os seus dogmas, valores e moral. Ser católico fazia parte da construção identitária do ser Português e Espanhol nesse período. Por conseguinte, fazia parte da alteridade criada por esses países colonizadores e mais tarde por ingleses e franceses também, colocar a religião como um ponto de diferenciação epistêmica entre eles e os povos que eles colonizaram nos séculos da modernidade.

Não há como separar a colonização do papel da igreja Católica Apostólica Romana nesse processo de violência. Podemos citar como exemplo que o primeiro “evento” feito por portugueses aqui nas terras que futuramente seriam chamadas de Brasil foi uma missa, esse ato não foi pura e simplesmente por costume, mas um ato que demarcava quais dogmas e valores norteariam muitas das ações dos portugueses nos séculos subsequentes de exploração e violação. Esse aspecto demonstra a visão salvacionista que os colonizadores tinham de suas ações. Para eles havia um papel de missão espiritual atrelada a uma ideia de progresso, em que portugueses e espanhóis seriam seus percursores.

Ao lado do Estado europeu, a Igreja Cristã (Leia-se catolicismo, e em menor grau o protestantismo) ocupou uma posição de destaque na colonização da América e da África. O período medieval deixou resquícios “cruzadistas” nos grandes empreendimentos marítimos, reaparecendo na Idade Moderna, com a missão colonizadora. Por esta razão, a conquista da América e a colonização da África estão relacionadas com dois signos da civilização cristã europeia: a cruz e a espada – e a conversão tornar-se-ia o fenômeno chefe desse empreendedorismo religioso. (PARADISO, 2011, p. 2)

Tanto o processo de tornar o cristianismo uma fonte epistemológica e ontológica importante para Portugal e Espanha, como o processo colonizatório e de construção de uma modernidade ocorrem lentamente. É um processo longo em que uma modernidade é gestada de forma intrauterina e se apresenta de forma externa aos poucos conforme o Renascimento na Europa vai se desenvolvendo (DUSSEL, 1993). É importante frisar que Portugal, por exemplo, vai se tornando um país escravocrata ao longo dos anos, ele faz o primeiro leilão de

peças do continente africano já em 1444 em Lagos, Sul de Portugal. E nesse período já se está tendo a formação de um pensamento salvacionista cristão, inclusive deliberadamente mostrado pelo cronista português Azurara que registra esse leilão, em que ele se diz “comovido” pela condição das pessoas que ali estavam e seriam separadas de seus filhos, amigos e familiares, mas que era necessário para se retirar aquelas pessoas da barbárie que viviam (GOMES, 2019). Essa visão de salvação era legitimada pelos elementos cristãos, inclusive inicialmente o método utilizado pelos portugueses para capturar pessoas no continente africano e transformá-las em cativos era utilizando nomes de santo, “os marinheiros desembarcavam de suas caravelas em grupos armados com espadas e arcabuzes e, aos gritos de “por São e Jorge e Portugal, atacavam os moradores dos vilarejos e os levavam imobilizados, a bordo.” (GOMES, 2019).

Esse ato desumano de fazer leilões de pessoas e de utilizar as problemáticas concernentes a escravidão no continente africano, intensificando a prática escravocrata na região, financiou as viagens de “desbravamento” ao dito “Novo Mundo”. A venda e compra de pessoas e torná-las escravas vai ser uma das principais fontes de capital para pagar as viagens para Índia, China, Indonésia e Brasil. Esse processo é feito com o aval do Estado em união com a igreja Católica, ou seja, as instituições deram a base para as ações que constituíram a alteridade entre os ditos brancos e os não - brancos.

Quase todos os bispos, padres, ordens religiosas e conventos católicos no Brasil, em Angola e outras regiões da África e da América possuíam escravos, inclusive os franciscanos, que faziam votos de pobreza absoluta e, por isso, eram também chamados de frades medicantes. No começo do século XIX, a Ordem dos Beneditinos tinha mais de 100 mil cativos trabalhando em suas fazendas no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Maranhão, os frades do Carmo e os das Mercês possuíam escravos até março de 1887, ou seja, catorze meses antes da assinatura da Lei Áurea. Nos conventos das Ordens Femininas – caso das Clarissas, Ursolinas, Confeccionistas e Carmelitas Descalças -, todos os serviços eram prestados por cativos. O padre Antônio Vieira atribuía o comércio de escravos a um grande milagre de Nossa Senhora do Rosário porque, segundo ele, tirados da barbárie e do paganismo na África, os cativos teriam a graça de serem salvos pelo catolicismo no Brasil. (GOMES, 2019, p.336- 337)

A alteridade criada em cima dos povos não-brancos fez com que os mais variados tipos de violência fossem cometidos e as mais variadas atrocidades fossem feitas. Muitos estudiosos se detiveram em analisar e identificar em números absolutos o resultado do tráfico negreiro em questão de mortes. Em 350 anos, cerca de 23 a 24 milhões de pessoas foram arrancadas de sua terra e mandadas para terras distantes para serem torturadas física e psicologicamente, tendo sua mão-de-obra explorada. Por volta de 11 a 12 milhões de pessoas, morreram antes mesmo de se chegar nos navios negreiros, 12,5 milhões embarcaram e desses só 10,7 milhões chegaram aos portos do continente americano, ou seja, 1,8 milhões de pessoas morreram na travessia do Atlântico, desses que chegaram, apenas 9 milhões conseguiram sobreviver aos 3 primeiros anos de escravidão. (GOMES, 2019). Trazer números para a discussão é uma forma de tentar desenhar e mostrar como a colonização da América Latina, foi uma das maiores catástrofes da humanidade e tudo que ela construiu, se alimentou e incentivou, como o tráfico negreiro e a escravidão demonstram bem isso. Esse sistema genocida ainda não teve fim, fez e faz questão de ferir pessoas não só fisicamente, mas também em sua identidade e dignidade. Um dos primeiros passos que se fazia antes das pessoas terem que embarcar nos navios negreiros era o de batizar essas pessoas e nomeá-las com nomes cristãos, ou seja, o primeiro passo era roubar a identidade, ferir a cultura, a língua e a humanidade dessas pessoas. É sabido pela filosofia ocidental a importância que se tem as nomeações e os conceitos, sabemos quais camadas se constituem ao se nomear alguém ou algo, então esse ato não era uma simples renomeação, mas também um bom exemplo de como a violência da colonização e da escravidão se embrenhou em camadas de opressão, inclusive à dignidade daqueles que foram tidos como um outro.

Durante a viagem nesses navios negreiros os mais diferentes tipos de doença acometiam as pessoas que ali estavam, tais como disenteria, varíola e escorbuto. Além das doenças que assolavam o corpo, tinha-se as que assolavam a alma, morria-se na travessia do Atlântico de Banzo, nome dado pelas pessoas africanas a depressão que acometia as pessoas que estavam sob o julgo dos colonizadores “alguém acometido por Banzo parava de comer,

perdia o brilho no olhar e assumia uma postura inerte enquanto suas forças vitais se esvaíam no prazo de poucos dias” (GOMES, 2019).

A morte foi o legado da alteridade e do dito progresso levado pela Europa nos processos colonizatórios. Além dos assustadores números acima que tentam representar o massacre de milhões de pessoas pretas, tentam, pois, representar a perda que essas vidas significaram e significam está para além de quantificações, temos ainda os catastróficos números de mortos dos povos indígenas que já viviam aqui na América. De 450 milhões de pessoas que existiam no planeta terra no século XV, 50 milhões viviam no continente americano, em 1804, ou seja, século XVII, a população mundial havia dobrado para 900 milhões e aqui mesmo com a vinda forçada de pessoas do continente africano, tínhamos apenas 25 milhões de pessoas, ou seja, metade do que havia nos séculos anteriores (GOMES, 2019). Podemos observar que os europeus colonizadores para um povo que se dizia querer salvar povos, na verdade estava os fazendo desaparecer. “o grande massacre ocorrera no intervalo de apenas 100 anos. Em 1600, a população nativa reduzia-se a apenas 10 milhões.” (Gomes, 2019). Diante disso, percebemos de maneira bem explícita o quão nociva foi a colonização, feridas históricas que não foram resolvidas e mostram os veios de povos europeus que carregam a marca da violência, do opressor e do violentador.

A colonização da América Latina não se resume só aos atos e números ditos acima, foram tantas formas de destruição, massacre, genocídio, apagamento, epistemicídio...Que todas não podem ser detalhadas em poucas páginas. O que podemos adiantar é que se esses povos ainda vivem, enquanto descendentes, mas também enquanto cultura e religião é porque houve resistência, é porque há resistência e porque houve e há luta, pois todos mecanismos imagináveis e não imagináveis foram utilizados por portugueses e espanhóis e posteriormente por ingleses e franceses para cometer as violências que os colonizadores impingiram nos povos indígenas e nos povos africanos, durante séculos. Essas violências sejam em nome do Deus cristão, do progresso, da modernidade, do capital não tem justificativa, apesar de ser necessário buscar as explicações. Podemos então buscá-las de diversas formas, inclusive

olhando a origem do nome Europa, é interessante investigarmos se esse continente já trazia a marca da violência que levaria para outros povos.

Todo esse processo é feito pelos Estados monárquicos os quais Portugal e Espanha eram durante os séculos que se seguiram da modernidade. Os tipos de violência executados não se esgotam nos ditos acima e nem nas citações acima. Ainda há inúmeros outros fatores a serem ditos sobre o sistema colonial que sequestrou culturas, mentes, pessoas, línguas, corpos. Seja num fluxo de impingir algo, seja no fluxo de roubar, levar para dentro de seu continente aquilo que não era seu e fazer sê-lo por meio da força

O mito de Europa e uma possível profecia do que o continente de mesmo nome irá se tornar

Desde o século XIX, principalmente, passou-se a buscar narrativas de uma Grécia pura, o olhar para com os gregos passou a ser de encontrar uma origem incorruptível e de glória do continente europeu. Porém será possível fazer oposto em relação a isso? E se tentássemos buscar as origens da base das violências cometidas pelos europeus à humanidade ao longo dos séculos? Uma origem não no ponto de vista moral, mas metafísico daquilo que permeia esse continente enquanto um conceito que tem origem num mito grego. Porém é importante salientar que o continente Europeu não se entende dessa forma em sua origem e que a Grécia antiga de onde vem o mito da princesa que nomeia o continente está muito distante da Europa moderna dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII e mais distante ainda da Europa do século XIX de Hegel que quer usar a Grécia como berço do espírito racional e que o vê como legado deixado para os povos europeus do leste, em especial os alemães. Porém, também a partir desse filósofo e muitos outros do século XIX a identidade europeia passa a se firmar e passa a usar como um dos aspectos afirmadores dessa identidade a própria Grécia, como já foi dito anteriormente.

A origem histórica do continente europeu vai perpassar a mitologia, afinal quando falamos da origem de algo no ocidente, o mito fundador parece sempre acompanhar essa narrativa, até porque nem todos os detalhes históricos serão sabidos ou conhecidos. Como todo mito, o mito de Europa, tem diversas versões, afinal uma característica interessante desse

gênero é que ele era transmitido de forma oralizada, ou seja, dependia da memória das pessoas para fazer com que ele transpassasse as gerações. Mas um ponto em comum está em suas versões escritas seja no período da antiguidade, seja no período clássico, o sequestro de Europa.

Conta-se no mito que Europa, filha de Agenor, rei da Fenícia, atual Líbano, um dia estava a brincar com suas aias na praia quando de repente aparece um touro branco com um chifre em forma de lua. Esse touro não era nada mais, nada menos do que o próprio deus Zeus.

Da inocente princesa se coloca diante, carinhoso brinca e lhe lambe os ombros, ela o toca e lhe faz carícias, se recria; com as mãos limpa a espuma (...) fascinada imprime em seu encantamento, na fronte do touro, cândido beijo. Ele muge de prazer, seu mugido imita o som harmônico da flauta, penetrante ele dobra as mãos e sacode a cauda, mostra-lhe com o pescoço retorcido as costas enormes e a convida a subir (MOSCOS, 2001, Europeia XXII-XXIII, tradução minha).

Zeus se disfarçou de touro para poder conquistar Europa e a encanta nesse processo de sedução, quando ele lhe oferece as costas para subir, ela o faz e as suas aias enfeitam o touro branco com flores. Europa se distrai na brincadeira enquanto o touro a carregava pelo mar, ficando cada vez mais distante da praia e das aias, ao ponto de não as ver mais. Um dos pontos interessantes desse mito é que dizem que ele não nadava sob as águas, mas sim andava.

Uma vez que a filha de Agénor estava no lombo do touro, este, aproveitando sua oportunidade este em forma veloz (...) apesar dos gritos de Europa, presa em suas costas, chegaram a ilha de Creta. É a viagem de Europa raptada do Oriente ao Ocidente e que terá uma simbologia especial. (...) Zeus retomando sua forma humana. Se une a Europa junto a uma fonte, sob um pântano sagrado, com folhas sempre verdes. Como produto da união dos dois, nasceram três filhos: Minos, Radamanthys e Aiacos. (MOLINA, 2011, tradução minha)

Percebemos nessa passagem que Zeus sequestra Europa, a leva para longe de casa contra sua vontade e a deixa numa terra distante com dois filhos seus. Zeus obriga Europa a se casar com Asterion e a se tornar rainha de Creta. Agenor, pai de Europa, manda os irmãos

dela em sua busca, os quais não obtém sucesso, seu irmão Cadmo a procura por toda parte, mas se detém em Beocia e funda Tebas, atribuem a ele a transmissão do alfabeto Fenício. Os outros irmãos de Europa também não a encontram e acabam fundando outras regiões conhecidas, segundo o mito. Essa história nos mostra de forma metafórica a expansão ao leste e a constituição de um novo continente, que provém do oriente, mas que se entenderá como ocidente e um opositor ao primeiro. O termo Europa tem inclusive diversas interpretações e polêmicas com seu significado e sentido. De acordo com a tradição mais difundida, o termo Europa deriva da raiz ‘rb’, dando origem ao termo hebraico ‘ereb’ que significa : pôr do sol, entardecer, escuridão e sobretudo ocidente (MOLINA, 2011, tradução minha)

Porém, devido ao fato de Europa ter uma origem oriental, haverá contradições a respeito se realmente poderia ser entendida como significado de ocidente, Molina (2011) salienta ainda que não existe um consenso majoritário para se estabelecer com precisão e fundamentação, uma acepção do conceito Europa. O que se pode precisar é que o vocábulo Europa deriva da princesa fenícia, isso corrobora a ideia de que é um termo polissêmico, porque além de caracterizar uma personagem de um mito, é também o nome de uma acepção geográfica. (MOLINA, 2011). A primeira vez que esse termo foi utilizado de forma geográfica foi num hino homérico ao deus grego Apolo, em Delfos.

Aqui me proponho construir um belo templo, que será oráculo para os homens (...) assim os que possuem o rico Peloponeso, como os que habitam na Europa e nas ilhas banhadas pelo mar-quando venham a consultá-lo, e eu os profetizarei o que verdadeiramente está decidido, dando oráculos no opulento templo’. (HINO HOMÉRICO A APOLO: III, 250- 251=290-291 apud MOLINA 2011, p. 99)

Um ponto importante nessa história toda é que o mito seja ele nomeador ou nomeado pela Europa, tem em seu cerne a história de uma mulher que é sequestrada pelo deus Zeus, que aparece na forma de um touro branco. Ela é levada a força para longe de sua casa e é estuprada por Zeus, ato repulsivo do deus grego recorrente nos mitos em que ele aparece. Europa não pode voltar para sua casa, acaba gerando três filhos do deus e é obrigada por ele a casar e se tornar rainha de Creta.

Esse mito é usado para explicar a expansão de novos territórios, até porque como citamos acima os irmãos de Europa em sua procura acabam fundando novas cidades. Essa portanto não é uma história nenhum pouco alegre, é uma história violenta. O que levaria a se querer colocar o nome de uma vítima de sequestro e violência num território? Inclusive uma vítima que não é grega e, portanto, não entraria no futuro escopo do que é ser ocidental e europeia, já que Europa (princesa) era fenícia. Uma possível resposta para essa questão talvez seja de entender que a Europa se constitui como um continente que vê a expansão como um ato natural e esperado, mesmo que essa expansão territorial e de poder tenha que advir de violências.

Foi abordado na primeira parte do texto como os dogmas cristãos influenciaram os atos colonizatórios, mas essa sede expansionista com viés religioso não é algo só que se adquiriu conforme o cristianismo se espalhou pela Europa, mas algo de antes, como podemos perceber com esse mito. Afinal, Zeus fará parte da cultura ocidental que vai se constituindo aos poucos, com veios históricos e sociais e construções diárias. Os mitos, é importante dizer, eram fontes pedagógicas, uma forma de educar as pessoas. Um continente que ao longo dos séculos requisitará a história da Grécia como seu berço e herdeiro por direito do que eles criaram não carregara as marcar epistemológicas e ontológicas que esses mitos trouxeram? Europa deixa de ser só nome de uma das histórias mitológicas e passa a ser o nome do continente, continente o qual, carregará nações que fizeram o mesmo que Zeus, sequestraram pessoas, as estupraram, usaram e as impediram de voltar pra casa, expandido seus territórios para além de onde estavam mar a dentro.

Isso não significa que tudo foi premeditado e arquitetado, não é disso que se trata aqui, mas de identificar na cultura europeia dos países colonizadores os veios que foram se construindo ao longo dos séculos para fazer com que eles chegassem ao ponto de fazer o que fizeram nos séculos da modernidade. Entender o que foi alimentando e construindo de pedacinho em pedacinho o quadro geral do que esse continente foi se formando. Até porque quando Hegel exalta o espírito racionalista da Europa no século XIX, a colonização já havia acontecido e os valores racistas e genocidas já estão firmados na sociedade em que ele vive.

Essa exaltação é feita por meio da visão que ele tem de história, a qual para ele é apenas uma e universal, a história contada pelo ponto de vista daqueles que se colocaram como centro. A história daqueles que são como Zeus travestido de touro branco que sequestra uma princesa de uma terra distante para atender seus desejos.

Na construção de se fazer universal esse centro se coloca como detentor de tudo e de todos, a sua ótica é posta como a única possível e, portanto, para ele é justificável levá-la e fazer com que territórios longínquos, no caso de que estamos abordando, a América Latina, com seus habitantes tenham que passar pelos mais diversos tipos de tortura. Marca-se no corpo e nos aspectos culturais a diferença, o branco se coloca como universal e o não-branco como o diferente, o outro. A branquitude vai se constituindo e formando as bases das justificativas para as atrocidades que nações do continente europeu vão cometendo para por em prática seu projeto maléfico de progresso e egocentrismo.

O touro branco que Zeus se transforma no mito de Europa talvez fosse um anúncio profético do que viria a se tornar o continente que leva esse nome. Brancos que levarão a violência para terras distantes, como a própria América Latina, marcando no corpo e na alma de vários povos sua violência, sem assumir sua branquitude e deixando descendentes nesses territórios, assim como Zeus fez, que não assumirão, pelo menos não enquanto estrutura a sua responsabilidade como herdeiros dos privilégios criados pela colonização dessas terras.

A Branquitude

Com o advento dos processos que desencadearam a colonização da América Latina e da própria colonização em si, o ser branco passa a ser construído.

“A branquitude deve ser interpretada como elemento resultante da estrutura colonialista (...) a branquitude é assim entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos” (SILVA, 2017)

Porém, as pessoas brancas de modo geral e estrutural, geralmente não se veem dessa forma, muito menos entendem que esse aspecto advém dos processos colonizatórios da Europa. Se entendem enquanto seres universais, imbuindo sempre ao não - branco a diferença e a alteridade. “A ideia de que os brancos europeus podiam sair por aí colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida” (KRENAK, 2020). Existe então imbuída na branquitude a característica de se ver como o detentor do conhecimento, da verdade, do desenvolvimento e que a eles ficou relegada a tarefa de levar esses elementos para a “humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível.”(KRENAK, 2020).

Essa noção de centro está atrelada a ideia de universal, de que existe apenas um modo se viver na terra, o qual deve ser seguido cegamente pelos outros povos não - brancos. Assim os colonizadores viam seus atos, “esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na terra, uma verdade, ou uma certa noção de verdade”(KRENAK, 2020).

Apesar desse conceito ter nascido na colonização ele não ficou no passado, mas está presente no nosso cotidiano, moldando as estruturas de poder que constituem a América Latina. “A branquitude, vista como identidade racial do branco, é concebida como um construto ideológico de poder que nasceu no contexto do projeto moderno de colonização europeia” (STEYN, 2004; Schuman, 2012, *apud* SILVA, 2017). A partir disso podemos entender como a colonização da América Latina vai privilegiar os brancos e violentar e desprivilegiar as pessoas não - brancas, não só nos séculos entendidos como oficiais de sua vigência, mas até os dias de hoje. É esse construto que irá permear as violências cometidas contra as pessoas pretas e as pessoas indígenas ao longo dos anos.

A branquitude irá se colocar numa posição de poder hierárquica classificando todos aqueles que não são brancos, Silva (2017) salienta “a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica o não branco conforme seu ponto de vista”. A partir disso estereótipos, demonizações, assassinatos, estupros, genocídios, epistemocídios, perseguições,

marginalizações serão feitas contra aqueles que foram classificados pelos brancos como inferiores. E essas atrocidades foram sendo cada vez mais internalizadas na América Latina desde o século XV, o racismo então é fruto dessas violências e vai permeando e construindo as bases das sociedades que aqui se formaram, perpassando transversalmente não só a história dos povos da América Latina, mas de todas as regiões que se houve a interferência ou invasão de povos europeus ao longo dos séculos, desencadeando estruturas de poder baseadas na branquitude. Quando colocamos nosso olhar voltado para a realidade do Brasil especificamente percebemos que o racismo é naturalizado, tido como algo comum, como salienta Lélia Gonzalez:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 1984)

Esses estereótipos foram construídos pela branquitude e perpassam o ego, a centralidade e a ganância de não se querer perder os privilégios que se tem. Até que ponto os brancos de forma geral, mas especificamente os brancos brasileiros querem perder seus privilégios? Pois a sua perda implica mudanças de comportamento profundas, inclusive nos afetos, pois no Brasil a branquitude perpassa a estética e a construção de uma suposta superioridade estética das pessoas brancas (SCHUCMAN, 2016, *apud* SILVA, 2017). Aquela diferença marcada no corpo a partir da colonização não só perpassa a classificação, como perpassa a construção do que é considerado belo, aceitável e passível de ter espaço social.

Junto a isso temos o mito da democracia racial aqui no Brasil, de que somos um povo “misturado”, portanto de que não há racismo aqui, afinal a frase prosaica de que todo mundo tem um parente preto ou indígena na família, nem que seja em terceiro, quarto grau é sempre requisitada por brancos para dizerem que não são racistas ou tentarem se safar de falas ou

atitudes racistas. Esse grau de “parentesco” exume em que a atitude individual, coletiva ou estrutural racista? Em nada. Mas ela é usada corriqueiramente. Mas esses assuntos são sempre colocados por baixo do tapete pelas pessoas brancas. “Há um silenciamento diante dos assuntos das desigualdades raciais e sociais. Silenciar é uma estratégia para proteger os privilégios em jogo” (BENTO, 2009). A branquitude brasileira silencia para não perder seus privilégios seja de forma individual ou estruturada.

Há na branquitude também uma característica egocêntrica em que seu eu é sempre exaltado e colocado como central, isso talvez indique o quão fundo foi a marca da alteridade e de transformar os não - brancos em outros. Desde a colonização da América Latina, o branco vem demarcando, dividindo tanto pessoas como territórios. “Quem ensinou a demarcar foi o homem branco. A demarcação, a divisão de terra, traçar fronteira é costume de branco, não do índio”(KOPENAWA, 2018). A colonização fez com que se inicia-se um processo tão violento que tudo passa a ser catalogado e colocado num prisma em que a branquitude possa controlar ou determinar o que é ou não válido.

Os povos europeus colonizadores deram início a um processo de centralidade da branquitude e dela resultando estruturas de poder que permeiam os mais recônditos aspectos. A dita universalidade da história, da cultura, da filosofia e dos demais aspectos criados pela humanidade só demonstra o quão centrados em si mesmos os brancos são, sem levar em conta que a universalização é mais um ato de violência que emancipação. Há uma fala de Davi Kopenawa xamã Yanomami (2018) que resume bem esse aspecto: “Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas só sonham consigo mesmos”. O quanto nós brancos brasileiros nos cegamos dentro do processo estrutural de branquitude? A resposta é uma: totalmente. Se salientam que somos brancos aos nossos ouvidos isso parece estranho, afinal dentro do processo de alteridade nos colocamos como o universal, mas um universal que dita as regras do jogo desde a colonização da América Latina, a partir dela outros processos colonizatórios ocorreram feitas e lideradas por povos europeus, tudo em nome do dito progresso, salvação e suposta superioridade existencial. O reconhecimento de tal aspecto exige de nós brancos responsabilidade muito mais que culpabilidade imobilizatória. Exige

reconhecimento de nossos privilégios, mas sobretudo ação frente as estruturas que herdamos para que elas sejam desmanteladas.

Referências

- ANÍBAL, Quijano et al. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas.** Coleccion Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DUSSEL, Enrique. **1492: (O Encobrimento do Outro- A Origem do Mito da Modernidade).** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALEZ%2C%20L%2C%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acessado em: 30 set. 2020.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão.** Volume I- Do primeiro Leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- KOPENAWA. Davi; ALBERT. Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das letras. 2020.
- MOLINA, Alejandro. El mito de Europa em los textos literários clásicos. **Acta Literária**, n. 43, p. 95-109, 2011. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/262477032> El mito de Europa en los textos literarios clásicos. Acessado em: 30 set.2020.

PARADISO, Silvio. Entre a cruz e a espada. A questão da conversão religiosa na literatura pós-colonial. **Anais** do SILEL. Volume 2, Número 2, p. 1-17. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_257.pdf. Acessado: 15 out.2020.

SILVA, Priscila Elizabeth et al. O conceito de branquitude: Reflexões para o campo de estudo. In MULLER, T; CARDOSO, L. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.